

Parecer n.º 334/2012

Data: 2012.11.20

Processo n.º 376/2012

Entidade consulente: Centro Hospitalar de (...) Hospital (...)

I - Factos e pedido

1. A solicitou ao Centro Hospitalar de (...) Hospital (...) o acesso à informação clínica de sua filha, já falecida, juntando cópia do passaporte de ambas.
Questionada pelo Centro Hospitalar de (...) quanto ao motivo para acesso aos dados clínicos de terceiros, a requerente informou que a documentação se destinava ao médico da sua filha.
2. O Centro Hospitalar de (...), tendo dúvidas sobre a decisão a proferir, solicitou o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).
3. Através de contacto telefónico o marido da requerente esclareceu ainda que o acesso ao relatório médico da filha permitiria esclarecer as causas da morte desta, bem como as circunstâncias em que ocorreu o acidente que lhe deu origem.
Posteriormente enviou uma mensagem de correio eletrónico corroborando o que anteriormente foi dito e acrescentou que a família nunca entendeu o sucedido, necessitando da informação médica para assim entender o seu estado clínico desde que foi internada até ao dia da sua morte.

II - Apreciação jurídica

1. De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, diploma que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, de ora em diante designada como Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), as entidades a quem tiver sido dirigido requerimento de acesso a documentos administrativos podem expor à CADA dúvidas que tenham sobre a decisão a proferir, a fim de esta entidade emitir parecer.
Serão deste diploma legal os preceitos normativos doravante mencionados sem qualquer outra referência.
2. A entidade consulente encontra-se sujeita à LADA (alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º).
3. O acesso livre e generalizado aos documentos administrativos constitui um princípio geral da LADA (artigo 5.º): *“[t]odos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual*

compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo”.

A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome, artigo 3.º, n.º 1, alínea a).

Como refere o Acórdão de 31 de agosto de 2011 do Supremo Tribunal Administrativo (STA) (Processo n.º 0758/11), “[p]ara que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos a alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”.

Nestes termos, o acesso àquele tipo de documentos é livre e generalizado, sem que haja necessidade de apresentar qualquer tipo de justificação ou fundamentação.

No entanto, a LADA identifica, algumas restrições ao direito de livre acesso:

- a) Quando os documentos contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciações ou juízos de valor, ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada - informação nominativa (n.º 5 do artigo 6.º);
- b) Quando os documentos contenham “segredos de empresa” (n.º 6 do artigo 6.º);
- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 6.º).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado¹.

- 4. Considera-se nominativo o documento administrativo que contenha, “acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada” (alínea b), n.º 1, artigo 3.º). São de classificar como documentos nominativos, por exemplo, os que revelem informação de saúde, da vida sexual, de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

¹ J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra, 2005, p. 430.

Nesta mesma perspetiva, dando a palavra ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em 28 de Setembro de 2011, em decisão proferida no Proc. n.º 22/09.6 - IV - e), e citando o Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 31 de Maio de 2006 «*o que se pretende abranger e tutelar é apenas “o núcleo duro da vida privada” e mais sensível de cada pessoa, como seja a intimidade, a sexualidade, a saúde, a vida particular e familiar mais restrita, que se pretende reservada e fora do conhecimento das outras pessoas*».

Estes documentos são comunicados ao titular da informação neles vertida e a um terceiro se este estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse direto, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade (artigo 6.º, n.º 5).

5. A informação de saúde é propriedade da pessoa, sendo as unidades do sistema de saúde depositárias dessa informação (n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 12/2005, de 26 de Janeiro).

São, por isso, confidenciais, todas as informações referentes ao estado de saúde do doente, situação clínica, diagnóstico, tratamento e dados de carácter pessoal. Todavia, se o doente der o seu consentimento ou se a lei o determinar, pode o acesso a estas informações ser facultado.

6. No acesso, não autorizado pelo titular, a documentos nominativos, estão em conflito normas respeitantes a dois direitos fundamentais: o direito à “*reserva da intimidade da vida privada e familiar*” do titular da informação (artigo 26.º, n.º 1 da CRP) e o direito de acesso aos “*arquivos e documentos administrativos*” conferido ao interessado na informação (artigo 268.º, n.º 2, da CRP e LADA).

A prevalência de um daqueles direitos fundamentais relativamente a outro deve ser aferida com observância dos princípios jurídico-constitucionais materialmente informadores de toda a atividade administrativa, nomeadamente de acordo com o princípio da proporcionalidade².

Este princípio, de acordo com a doutrina e a jurisprudência, decompõe-se em três vertentes:

- a) Adequação (as medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias devem corresponder a um meio para a prossecução dos fins visados, com salvaguarda de outros direitos ou bens constitucionalmente protegidos);

² J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 3.ª Edição Revista, Coimbra, 1993, pp. 935;

- b) Necessidade (as medidas restritivas são exigidas para alcançar os fins em vista, por não se dispor de outros meios menos restritivos para alcançar o mesmo desiderato);
- c) Equilíbrio (ficam afastadas as medidas excessivas).

Os fins alegados e demonstrados pelo requerente permitirão verificar se o acesso pretendido é adequado, necessário e não excessivo.

7. A situação em análise prende-se com a necessidade de esclarecimentos relativamente às circunstâncias e causa da morte da filha da requerente e sua família.

A necessidade de conhecer a informação de saúde integra o conceito de interesse direto, pessoal e legítimo nas situações em que familiares próximos da pessoa falecida pretendem fazer valer direitos ou interesses atendíveis para justificar a quebra relativa da privacidade do titular da informação³.

Tem sido entendimento da CADA, designadamente nos pareceres n.ºs 259 e 263/2011, que a situação referida se enquadra na previsão da lei e da doutrina expostas, aferidas de acordo com o princípio da proporcionalidade, devendo o direito de acesso aos documentos administrativos prevalecer face ao direito à proteção da privacidade⁴.

Conforme dispõe o artigo 8.º, n.º 2, *“os documentos nominativos comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais”*..

III - Conclusão

Face ao exposto, deve ser facultado o acesso à informação de saúde existente na entidade consulente.

Comunique-se.

Lisboa, 20 de novembro de 2012

David Duarte (Relator) - Pedro Delgado Alves - Maria Eduarda Azevedo - Antero Rôlo (com declaração de voto vencido) - Helena Delgado António (com declaração de voto) - António José Pimpão (Presidente)

³ Ver Pareceres n.º 32/2006 e n.º 137/2006, disponíveis em www.cada.pt.

⁴ No mesmo sentido *vide* Pareceres da CADA n.º 328/2009 e n.ºs 152, 250 e 251/2008, disponíveis em www.cada.pt.

Declaração de voto de vencido

Entendo dever votar de vencido porquanto não concordo com a doutrina defendida, *maxime* no ponto 7. de II - Apreciação jurídica e, consequentemente, com a Conclusão.

A mãe da *de cujus* é um terceiro, aliás como se reconhece no parecer, e não é pelo simples facto do grau de parentesco que a LADA lhe reconhece uma posição privilegiada para poder aceder a quaisquer dados pessoais daquela. A lei não a discrimina positivamente nesse sentido. Ela teria, como qualquer terceiro, de demonstrar o seu interesse directo, pessoal e legítimo (Cfr. n.º 4 do artigo 6.º da LADA), o que não ocorreu, a meu ver.

O direito de acesso a documentos da natureza dos que estão em causa deve ser considerado instrumental relativamente a direitos ou interesses qualificados do requerente do acesso ou do *de cujus*. Entender de outro modo, equivaleria, no limite, ao reconhecimento do direito de acesso livre a toda a documentação nominativa, o que não está compreendido nas previsões da LADA.

Ora, no caso em apreço, não fica demonstrado que haja um verdadeiro interesse qualificado para fazer valer um seu direito ou da *de cujus*. O pretender “esclarecer as causas da morte” não preenche *de per si*, aquele requisito, pois não está demonstrado que o acesso seja imprescindível para fazer valer um outro direito ou legítimo interesse “suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade”. A satisfação do interesse demonstrado esgota-se com o acesso.

a) Antero Rôlo

Declaração de voto

Só admitiria o acesso a documento que indicasse a causa da morte, parecendo-me manifestamente excessivo o acesso a toda a documentação clínica da pessoa falecida tendo em conta a finalidade declarada.

a) Helena Delgado António